

A transferência do poder no império romano: a sucessão de Nerva por Trajano

ALEX APARECIDO DA COSTA*

Resumo: O problema da questão sucessória durante o Alto Império romano chama-nos a atenção, sobretudo, pelo fato de que no período as mudanças dos césores acarretaram não só distúrbios políticos e conflitos militares, elas impuseram também problemas de legitimação que buscaram respaldo nas instituições tradicionais por conta da escassez de mecanismos jurídicos que as amparassem. No caso analisado neste artigo, a partir do estudo do *Panegírico de Trajano* de Plínio, o Jovem, com o auxílio de uma análise comparativa dos casos da sucessão de Augusto por Tibério e da tentativa de sucessão de Galba por Pisão Liciniano, percebemos que o sucesso de uma solução pacífica obtida através da passagem do poder de Nerva a Trajano por meio da adoção, simbolizou o abandono de dois recursos, o dinástico tradicional, e o restrito à aristocracia de Roma. Tal ação introduziu a opção da escolha do governante para além das fronteiras da Itália. Assim a presença de Trajano como primeiro provincial a tornar-se imperador representou a renúncia de um sistema que reservava o poder aos indivíduos do centro do império e o fortalecimento político de camadas mais vastas das populações que viviam sob a égide de Roma.

Palavras-chave: Alto Império, instituições, Plínio, o Jovem, política, Principado.

Abstract: The problem of succession problem during the High Roman Empire draws our attention, especially by the fact that changes in the period of the Caesars resulted not only political unrest and military conflicts, they also imposed problems of legitimacy in seeking support for traditional institutions account of lack of legal mechanisms that supporting. In the case analyzed in this article, from the study of Panegyric of Trajan from Pliny the Younger, with the aid of a comparative analysis of the cases of succession of Augustus and Tiberius for attempted succession of Galba by Piso Licinianus, we realize that the success a peaceful solution obtained via the transfer of power from Nerva to Trajan by adopting symbolized the abandonment of two features, the traditional dynastic, and restricted to the aristocracy of Rome and introduced the option of choosing the ruler beyond the borders of Italy. Thus the presence of Trajan as first provincial becoming emperor represented the resignation of a system that reserved the power to individuals from the center of the empire and the political strengthening of broader layers of the population living under the aegis of Rome.

Key words: High Empire, institutions, Pliny the Younger, politics, Principate.



* ALEX APARECIDO DA COSTA é Mestrando pelo Programa de Pós-Graduação do Departamento de História da Universidade Estadual de Maringá e pesquisador do Laboratório de Estudos Antigos e Medievais.

Introdução

Durante o Alto Império o povo romano esteve submetido a uma nova forma de governo. Até fins do século I a. C. Roma vira seu destino ser guiado por uma aristocracia

oligárquica que concentrava o poder nas mãos de seus elementos mais eminentes, os quais dividiam entre si o exercício anual das magistraturas, que eram os cargos políticos e militares da República, porém, a partir de fins desse período, após os distúrbios das guerras civis, com a ascensão de Augusto, e de seus sucessores após ele, o controle vitalício do mundo romano passou a ser exercido por apenas um homem. Esse sistema ficou conhecido como Principado. Pleno de ambiguidades o novo regime convivia com reminiscências republicanas e apesar da concentração de poder, o *princeps* necessitava do importante apoio da aristocracia senatorial, ciosa das tradições e da antiga *libertas*¹ republicana, para manter-se no poder. A própria noção de *princeps* atribuída ao governante testemunha essa situação, pois designava em tese o primeiro cidadão, ou seja, o mais apto e capaz para governar em oposição à figura de um monarca hereditário ou conquistador.

Dentre as diversas possibilidades de análise que esse contexto oferece interessa-nos aqui a questão da sucessão. Essa opção comporta certa complexidade, pois o problema que o tema apresenta é a ausência de um critério definido para a passagem de poder, o que nos impõe uma abordagem de momentos políticos que traduzem



Moeda da época de Trajano representando no anverso o imperador e no reverso Trajano pai e Nerva divinizado, 115 d. C.

conjunturas próprias de cada passagem de comando entre os césares. Todavia, não fosse tal problema não estaríamos diante de uma possibilidade de investigação com a qual podemos compreender um pouco mais os processos políticos e as

relações de poder dessa sociedade da qual somos grandes tributários. Portanto, colocaremos em tela a questão da sucessão, comparando a de Augusto por Tibério em 14 d. C. e a frustrada tentativa de sucessão de Galba por Pisão Liciniano ocorrida em 69 d. C., com a de Nerva por Trajano que teve lugar nos últimos anos do século I d. C. a partir do estudo do *Panegírico de Trajano*, obra de Plínio, o Jovem, senador romano que no período em questão, desempenhava importante papel nos altos círculos políticos romanos.

O Principado e os problemas da sucessão

O Principado, regime de governo que substituiu a combalida República teve como aspecto marcante, que dissonava do período anterior, a concentração das prerrogativas militares e administrativas nas mãos do imperador como forma de superar as disputas e guerras civis que marcaram o final do período republicano. Segundo Venturini (2011, p. 177) “o imenso território que Roma possuía, assim como o sistema social e manutenção da coesão do império reclamavam imperiosamente o poder monárquico”. Todavia, apesar dessa demanda que se impôs desde Augusto, os valores tradicionais romanos sintetizados na noção de *mos maiorum* iam de encontro a essa realidade, criando uma situação ambígua que permeava o regime que, para perdurar, deveria equilibrar as

¹ Palavra abrangente que representa principalmente os direitos políticos do cidadão romano.

exigências do presente com as tradições do passado.

Um dos momentos em que esse choque adquiriu contornos marcantes e expôs a complexidade da situação foi quando Augusto precisou encaminhar sua sucessão. A delicadeza da situação decorria, primeiro, do fato dele, para legitimar sua posição, ter se apresentado como restaurador da República, e segundo, pelo fato de que a tradição republicana execrava a ideia de monarquia que se desnudaria caso ele optasse por um “sistema sucessório que tivesse como dispositivo a prática da hereditariedade [que] seria certamente desaprovada pela opinião pública e incompatível com a ideia de restauração republicana” (MENDES, 2006, p. 43). Consciente de que o retorno completo do governo de Roma sob as instituições republicanas poderia reeditar as lutas entre as facções que marcaram seu período tardio, Augusto não hesitou em transferir seu poder para apenas um homem. A habilidade com que fez isso garantiu a continuidade de sua obra e atestou sua capacidade política.

Apelando para os valores ancestrais Augusto adotou seu enteado Tibério, filho de sua terceira esposa Lúvia, e ofereceu-lhe a co-regência permitindo-lhe que demonstrasse seus méritos para colocar-se a frente do império após sua morte. Essa manobra de Augusto nos primeiros tempos do Principado já nos oferece importantes pontos de análise sobre como a questão sucessória foi conduzida mesmo sem o apoio de subsídios jurídicos que a amparasse. Augusto lançou mão ao apego romano às tradições expressas pela noção de *mos maiorum* onde a adoção era tradicionalmente aceita como forma de garantir herdeiros legítimos para famílias inférteis (VEYNE, 2010), dessa forma, ao adotar Tibério, um ato respaldado nos

valores ancestrais, Augusto afastou na medida do possível os contornos de hereditariedade monárquica que poderiam ser encontrados em seu projeto de sucessão. Observamos assim que se valendo de uma atitude amplamente conhecida e aceita pelos romanos, Augusto solucionou uma parte do problema imposto pela opção de sucessão que ele se propôs a conduzir, a outra parcela do problema dizia respeito à necessidade de legitimar a capacidade de Tibério para assumir o lugar que a adoção não deveria garantir senão parcialmente. Como veremos novamente, nesse ponto a tradição teve papel preponderante.

A noção de Principado pressupunha que aquele que estivesse a sua frente, o *princeps*, o primeiro cidadão, fosse dotado de capacidades superiores que respaldassem sua posição de governante do império. Competia, portanto a Augusto e ao próprio Tibério satisfazer essa demanda diante dos olhos do povo de Roma. A solução foi encontrada na “co-regência [que] dava ao escolhido grande força perante a opinião pública, conferindo-lhe honras e dando-lhe possibilidade de mostrar seus méritos” (MENDES, 2006, p. 43), de fato “os méritos de Tibério eram incontestáveis e em Roma todos tinham que concordar: nascido em 42 a. C., tinha feito uma carreira longa e irrepreensível a serviço do império” (ENGEL, 1978, p. 42). Carreira esta desempenhada mesmo antes de sua indicação ocorrida em 4 d. C., de acordo com Bowder (1980) ele conduzira importantes campanhas no Oriente em 20 a. C. e na Panônia em 12 e 9 a. C., ocasiões em que atestou sua capacidade como general. Os feitos de Tibério serviram para respaldar sua posição de *princeps* pelo fato de que os sucessos militares tradicionalmente conduziam a ressonâncias muito positivas para o homem político romano. Um general

romano vitorioso adquiria diante dos olhos do povo prestígio oriundo da *gloria*, uma das importantes ideias morais e políticas romanas, que em suma era o “público reconhecimento das qualidades do cidadão” (PEREIRA, 1987, p. 333). Para completarmos a compreensão a respeito do sucesso militar que qualificava Tibério como o primeiro cidadão, capaz de assumir o governo do império, devemos ter em mente a ideia de cidadão-soldado, pois em Roma “foi o soldado de profissão quem inventou a personagem do “civil”, completamente desconhecida até então, visto que cada cidadão era também um soldado potencial” (CARRIÉ, 1992, p. 91). Dessa forma, assim como a cidadania passava pela caserna, também o acesso às altas posições políticas dependia dos sucessos militares.

Assim, a sucessão de Augusto por Tibério amparou-se principalmente nos valores ancestrais para conciliar com a tradição, uma situação que *a priori* poderia ser execrada pelo *mos maiorum*. O equilíbrio entre os antigos costumes e as novas necessidades foi a forma encontrada para legitimar o processo, exemplo de uma condução política bem realizada se a compararmos a situação após a queda de Nero, quando a ausência de um sucessor precipitou mais uma vez o mundo romano em guerras pelo poder, como ocorrera no fim da República. De acordo com Shotter (2008) a crise e a consequente disputa pelo poder, inicialmente entre Galba, Otão e Vitélio, que por fim seria vencida por Vespasiano, foram sintomas dos vícios de sucessões dinásticas que não teriam obedecido às diretrizes estipuladas por Augusto no início do regime. Nesse sentido é interessante o resgate que esse autor faz em sua obra de uma passagem de Tácito (*Histórias*, I. 15,16) no qual este recria um discurso em que Galba exalta seu ato de adoção de Pisão

Liciniano como forma mais adequada para a indicação de um futuro imperador². Nas palavras de Tácito assim teria dito Galba: “sigo o exemplo do Divino Augusto [...] mas [ele] procurava um sucessor na sua casa, eu, porém, procuro-o no Estado”. Diante da passagem na qual Tácito usa os preceitos de Augusto ao mesmo tempo em que os reforma, Shotter (2008) aventa a possibilidade de que ele seja expressão muito menos da crise de 69 d. C. do que dos acontecimentos e incertezas de seu tempo, especificamente a situação que impôs à Nerva a adoção de Trajano como forma de indicá-lo como seu sucessor. É que o Principado trouxera transformações ao império, e a situação ensaiada durante o ano dos quatro imperadores³ materializou-se no início do período dos antoninos.

A sucessão a partir do sistema de adoção na concepção pliniana

Vespasiano fundou uma nova dinastia, sucederam-no seus dois filhos, primeiro Tito, depois Domiciano, mas os vícios desse sistema emergiram novamente, e o governo do último Flávio degenerou em tirania, o que culminou com seu assassinato por uma conspiração senatorial que colocou no lugar de Domiciano um senador idoso chamado Nerva. Mas, segundo Grimal (1999), sem filhos e sem apoio das legiões ele se viu desde o início envolvido com o delicado problema da sucessão, o qual solucionou em 97 d. C. ao adotar e indicar como seu substituto Trajano, um militar de brilhante carreira que foi capaz polarizar o consentimento dos soldados e tranquilizar o império. Mais uma vez a adoção foi ferramenta fundamental.

² Projeto que não se concluiu, pois ambos foram assassinados pela guarda pretoriana que aclamou Otão imperador.

³ Durante o ano de 69 d. C. Galba, Otão, Vitélio e Vespasiano assumiram a posição de imperador.

Respalhada na tradição, e no presente caso a legitimação era deveras necessária devido ao ineditismo da situação, pois Trajano, de uma família da Hispânia, foi o primeiro imperador oriundo de uma província, portanto além de romper como o princípio dinástico Nerva buscou um sucessor fora dos círculos aristocráticos de Roma ou da Itália. Paralelo a isso, ao optar por Trajano a escolha de Nerva, nos moldes do *mos maiorum*, atendia ao ideal do Principado, pois a escolha recaiu sobre alguém gozava ampla aprovação (GRIMAL, 1999), porém mais do isso, a escolha refletia o desenvolvimento econômico, político e social das províncias sob o Alto Império apontado por (ALFÖLDY, 1987). Nesse momento, mais do que nunca a inovação carecia das tradições para se institucionalizar, a junção dessas duas necessidades emerge no *Panegírico de Trajano* de Plínio, o Jovem.

Agradecendo Trajano por sua indicação para o consulado, Plínio utilizou-se do *Panegírico* para fazer a propaganda positiva do período em que vivia, um aspecto importante é o elogio ao princípio de adoção como melhor a caminho para a sucessão.

Entre o adotado e aquele que adotava nenhum parentesco, nenhuma ligação a não ser a virtude comum que tornava um digno de ser escolhido, o outro de escolher. Também tu não foste adotado, como muitos outrora, para satisfazer uma esposa. Tu foste tomado por filho não por um padrasto, mas por um príncipe, e o divino Nerva se tornou teu pai como o sentimento que ele o era de todos (PLÍNIO, *Panegírico*, 7, 4)⁴.

⁴ “Entre l’adopté et celui qui l’adoptait aucune parente, aucun lien, si ce n’est que votre commune vertu vous rendait dignes l’un d’être choisi, l’autre de choisir. Aussi n’as-tu pas été adopté, comme jadis tel e tel, pour satisfaire une

Na citação acima, Plínio busca ressaltar algumas singularidades da adoção de Trajano por Nerva, a primeira diz respeito à escolha de alguém de fora da família onde o critério mais importante foi a virtude, em segundo lugar, ele apresenta duas comparações que parecem, segundo Durry (1972), referir a adoção de Tibério por Augusto e também de Nero por Cláudio, desejadas respectivamente por Livia e Agripina. Essas observações favoráveis ressurgem de forma lapidar na frase: “Quem deve comandar a todos deve ser escolhido entre todos” (PLÍNIO, *Panegírico*, 7, 6)⁵. Sem dúvida Plínio procurou enfatizar a importância da adequação das diretrizes de Roma às novas realidades políticas, sociais e econômicas, que em sua época devia muito às regiões provinciais do império. Todavia, essa inovação não prescindiu dos valores ancestrais romanos e obedeceu muito mais às tradições da religião cívica do que da doméstica⁶, pois segundo Plínio “não é em uma residência, mas em um templo, não diante do leito nupcial, mas diante do *puluinar* de Júpiter Optimus Maximus que a adoção foi consumada” (PLÍNIO, *Panegírico*, 8, 1)⁷. Essa opção por uma cerimônia pública respaldada na religião do Estado procurou revestir o ato de um caráter legal de acordo com os demais ritos cívicos, semelhantes àqueles em que os magistrados eram investidos do

épouse. Tu as été pris pour fils non par un beau-père, mais par un prince et Le divin Nerva este devenu ton père dans le même sentiment qui Le faissait celui de tous”.

⁵ “Qui doit commander à tous doit être choisi entre tous”.

⁶ Sobre a religião romana ver a obra clássica *A cidade antiga*. COULANGES, F. **A cidade antiga**. Lisboa: Clássica, 1988. Nela o erudito francês analisa os cultos, as leis e as instituições da Grécia e de Roma.

⁷ “Aussi n’est-ce pas dans um appartement, mais dans um temple, non devant le lit nuptial, mais devant le *puluinar* de Jupiter Optimus Maximus que l’adoption a été consommée”.

*imperium*⁸ (THOMAS, 2012). E porque em Roma, da mesma forma que em outras sociedades antigas, as decisões humanas tinham maior valor na medida em que elas refletiam a vontade dos deuses, Plínio ressalta que “os deuses reivindicaram a glória: foi obra deles, foi ordem deles; Nerva foi somente o ministro, e aquele que adotava apenas a obedecia tanto quanto aquele que era adotado” (PLÍNIO, *Panegírico*, 8, 2)⁹. Assim, seguindo as tradições dos homens, a vontade dos deuses e a necessidade dos tempos o novo sistema de sucessão fez com que

Prontamente todo tumulto cessasse. Isso não foi obra da adoção, mas daquele de quem era seu objeto; certamente Nerva seria imprudente se houvesse escolhido outro. Esquecemos-nos como outrora a adoção não fazia cessar a sedição, mas a fazia nascer? (PLÍNIO, *Panegírico*, 8, 5)¹⁰.

O tumulto ao qual Plínio se refere trata-se das perturbações dos militares que foram recalcitrantes em reconhecer a autoridade de Nerva, ocorridas na guarda pretoriana e nas províncias romanas (GRIMAL, 1999), por isso o autor ressalta a correção da escolha de Nerva na qualidade de Trajano, o homem capaz de fazer convergir para si o apoio das legiões, importante para a manutenção da paz no império. Ao lembrar o passado, notadamente a adoção de Pisão por Galba, Plínio ressalta essa necessidade da

escolha de um príncipe com méritos próprios e alheios a legitimações dinásticas que se revelaram funestas. Apesar de Pisão Liciniano, assim como Trajano ter sido escolhido além dos círculos familiares Plínio, fiel a sua proposta de propaganda no *Panegírico*, deposita todo o êxito na sucessão que ele celebra em detrimento daquela de Galba e Pisão. Diante disso, cientes do ímpeto idealizador da comparação de Plínio, recordemos a famosa frase: “fora divulgado o segredo do império: podem fazer-se príncipes noutros lugares e não apenas em Roma” (TÁCITO, *Histórias*, I, 4, apud SHOTTER, 2008), a partir dela podemos esclarecer as diferenças conjunturais presentes em cada um dos momentos. Observando as duas situações, podemos perceber que a primeira foi, grosso modo, o ensaio fracassado que renunciou o sucesso da segunda, pois enquanto Galba inovava ao escolher um sucessor fora de sua família, mas limitava sua seleção à aristocracia romana respaldada apenas no Senado, ignorando os interesses dos militares e contrariando as expectativas de Otão, que pretendia ser o escolhido, este então, com apoio da guarda pretoriana, tomou o poder de Galba (GRIMAL, 1999; SHOTTER, 2008) e adiou o êxito de seu sistema de sucessão. Ainda indefinida, a situação se agravou nas províncias do norte e do leste, razão pela qual Vitélio e Vespasiano marcharam com suas legiões para conquistar o império, o poder ficaria por fim com o segundo. Portanto, podemos entender que quando Nerva escolheu Trajano, general de carreira brilhante e com amplo apoio das legiões, ele tinha em mente os problemas inerentes às sucessões dinásticas e as agitações ocorridas em 69 d. C., quando fracassou uma nova via que precisou ser mais bem lapidada para prosperar. Em síntese, para obter o sucesso, ele se apropriou das virtudes e se livrou dos

⁸ Expressão do poder de comandar fundamentado na religião cívica.

⁹ “Les dieux en ont revendiqué la gloire: ce fut leur oeuvre, ce fut leur ordre; Nerva ne fut que Le ministre te celui qui adoptait n’a fait qu’obéir aussi bien que l’adopté”.

¹⁰ “Aussitôt tout tumulte s’apaise. Ce ne fut point l’oeuvre de l’adoption, mais de celui qui en était l’objet; bien plus Nerva eût été imprudent s’il en avait choisi un autre. Avon-nous oublié comment naguère l’adoption n’a pas fait cesser la sedition, mais l’a fait naître?”

vícios apresentados pelos sistemas de sucessão perpetrados durante as duas primeiras dinastias do Alto Império.

Considerações finais

Diante da exigência de soluções inéditas em uma realidade plena de reminiscências que ainda ditavam grande parte das diretrizes a serem adotadas pelos homens políticos, os quais não ousavam e não podiam prescindir da aprovação de uma sociedade ciosa dos valores ancestrais, o sistema de sucessão durante o Alto Império sofreu um processo de adaptação que buscou atender as demandas que se impunham, adequando-se aos imperativos das urgências políticas que se apresentavam. Ciente dessas necessidades, Plínio buscou ilustrar no *Panegírico* a adoção de Trajano por Nerva como a forma mais bem acabada de sucessão imperial. Na sua construção o apego às tradições refletiu-se no elogio à adoção, que aproximou o ato de Nerva ao de Augusto, e ao ressaltar que a opção por Trajano observou a virtude deste ao invés do parentesco, alinhou-se ao projeto de Galba que buscou seu sucessor fora de sua família. Por fim, a exaltação da escolha do imperador entre todos os cidadãos do império celebra a contribuição de Nerva para harmonizar a nova e mais abrangente realidade política e social do mundo romano com os valores que respaldavam a legitimidade dos césares. Em linhas gerais, a presente análise demonstrou que as tradições fundamentaram as inovações que se impuseram durante o Alto Império. Mas, além disso, buscamos com esse artigo exemplificar que o estudo de casos é uma maneira mais esclarecedora para compreendermos momentos específicos de um problema político que se apresentou por diversas vezes, mas que, pelos caprichos da História, não se

repetiu, apenas obedeceu aos parâmetros anteriores na medida em que estes atendiam suas necessidades fundamentais para legitimar as inovações determinadas em seus percursos.

Fontes

PLINE LE JEUNE. **Panegyrique de Trajan**. Texte établi et traduit par Marcel Durry. Paris: Les Belles Lettres, 1972.

Referências

CARRIÉ, J. M. O soldado. In: GIARDINA, Andrea. **O homem romano**. Lisboa: Presença, 1992.

COULANGES, F. **A cidade antiga**. Lisboa: Clássica, 1988.

ENGEL, J. M. O Alto Império. In: ENGEL, Jean-Marie; PALENQUE, Jean-Rémy. **O Império Romano**. São Paulo: Atlas, 1978.

GRIMAL, P. **O império romano**. Lisboa: Edições 70, 1999.

MENDES, N. M. O sistema político do Principado In: MENDES, N. M.; SILVA, G. V. **Repensando o império romano: perspectiva socioeconômica, política e cultura**. Rio de Janeiro/Vitória: Mauad/EDUFES, 2006.

PEREIRA, M. H. R. **Estudos de história da cultura clássica: cultura**

romana. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 1987.

SHOTTER, D. **Nero**. Lisboa: Edições 70, 2008.

THOMAS, Y. Catão e seus filhos. In: Sopro, n. 66, fevereiro de 2012. Disponível em <http://culturaebarbarie.org/sopro/arquivo/catao.html>. Acesso em 12.12.2012.

VENTURINI, R. L. B. Estoicismo e *imperium*: a *virtus* do homem político romano. **Acta Scientiarum. Education**, v. 33, n. 2, p. 175-181, 2011.

VEYNE, P. **História da vida privada: do Império Romano ao ano mil**. São Paulo: Companhia das letras, 2010.

Recebido: 2012-12-14

Publicado: 2013-02-12